

Governo precisa de mais 6 mil milhões em impostos

Queda. A receita fiscal já caiu 5,8% este ano apenas até novembro quando comparado com igual período de 2011. Ainda só foram arrecadados 28,9 mil milhões dos 35 mil milhões fixados

EDUARDA FROMMHOLD

As receitas do Estado com impostos caíram 5,8% nos 11 primeiros meses do ano face ao período homólogo do ano passado, com todos os impostos, diretos (-6,4%) e indiretos (-5,3%), a saldarem-se no vermelho, à exceção do imposto único de circulação (+14,2%), segundo os números da síntese mensal da execução orçamental ontem divulgada.

Contas feitas, o Estado precisa arrecadar 6260,1 milhões de euros em impostos só em dezembro para conseguir cumprir os objetivos revistos em outubro no orçamento retificativo para a receita fiscal de 35 135,5 milhões de euros em 2012. Isto quando a média mensal dos 28 875,4 milhões de euros obtidos entre janeiro e novembro se fica por pouco mais de 2625 milhões.

Ainda assim, o défice do Estado até novembro melhorou 2059,9 milhões de euros em relação a 2011, caindo para 7724,1 milhões de euros. Por sua vez o saldo global relevante para efeitos de aferição do cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira atingiu os 8911,2 milhões de euros negativos, "resultando igualmente favorável quando comparado com o ano precedente", salienta o documento.

A meta do défice das contas públicas para este ano é de 5% do produto interno bruto (PIB), depois de ter sido revisto em alta pela *troika* face aos 4,5% inicialmente fixados.

Enquanto a receita fiscal caiu



TIAGO MELO / GLOBAL IMAGENS

Finanças previam cobrar 35 135 milhões de euros, mas apenas conseguiu 28 875 milhões

5,8%

É a queda dos impostos cobrados pelo Estado até novembro de 2012

6260

milhões de euros é o que o fisco tem de arrecadar em impostos até final do ano

5,8%, a despesa efetiva desceu 2,3% em termos homólogos, com a despesa primária a recuar 4,7%. Estes resultados comparam favoravelmente com os dez primeiros meses deste ano, em que a despesa efetiva subiu 0,6% e a queda da despesa primária não foi além de 1,6%.

"De referir que os resultados apresentados foram condicionados pela inclusão, na despesa até novembro, da transferência de

1,5 mil milhões de euros para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), no âmbito do programa de regularização de dívidas da saúde, que justifica 3,4 p.p. da variação observada. Excluída aquela transferência, que não é considerada para apuramento da despesa relevante

para efeitos de aferição do cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira, a taxa de variação homóloga da despesa e da despesa primária

até novembro situar-se-ia em -5,7% e -8,7%, respetivamente", explica a síntese da execução orçamental de dezembro.

No que respeita à despesa corrente, esta caiu 1,3% até novembro, com os juros e outros encargos da dívida a pesarem mais 13,5% do que nos primeiros onze meses do ano passado, "em linha com a variação observada até ao mês anterior (13,8%)", salienta o relatório.

Em termos absolutos, a despesa efetiva situou-se em 43,03 mil milhões de euros, enquanto a receita efetiva (+3,1%), parou nos 35,3 mil milhões de euros.

Empresas do Estado devem 32,5 mil milhões

TAXAS O principal problema com que se debate o sector empresarial público está nos custos muito elevados com os juros da dívida

A dívida líquida das empresas do sector empresarial do Estado (SEE) ascendia no final de 2011 a 32,5 mil milhões de euros. A conclusão é da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), responsável por um anuário divulgado ontem e que contou com o apoio do Tribunal de Contas.

O Anuário do Sector Empresaria-

l do Estado e Sector Empresarial Regional relativo a 2011 revela que a dívida do SEE cresceu cerca de 6% só nesse ano, chegando a mais de 49 mil milhões de euros. A dívida à banca destas empresas ascendia a 24,9 mil milhões, sendo a dívida de curto prazo a fornecedores superior a nove mil milhões de euros.

O mesmo estudo revela que o endividamento líquido – a diferença entre passivo e dívida a receber – do SEE ascendia em dezembro do ano passado a 32,5 mil milhões de euros e revela ainda que, das 160 empresas públicas

analisadas no estudo, 46 estão em falência técnica, ou seja, com capitais próprios negativos, o que significa que os ativos que têm são insuficientes para fazer face aos passivos.

O endividamento é, de resto, o maior problema no desempenho do sector, com o nível muito elevado dos custos financeiros.

O estudo relevou o estado em que estão algumas empresas do sector dos transportes neste aspeto particular. Por exemplo, a CP faturou em 2011 um total de 289 milhões de euros, tendo pago 181 milhões de euros em custos finan-

ceiros, ou seja, mais de 60% das vendas da empresa.

O Metro de Lisboa, por outro lado, esteve pior: faturou no ano passado 67,682 milhões de euros, tendo mesmo aumentado as vendas em três milhões de euros face a 2010, e pagou custos financeiros na ordem dos 75 milhões de euros.

O secretário de Estado dos Transportes, Sérgio Monteiro, contrapôs, porém, que o setor "atingiu em junho de 2012 o equilíbrio operacional", mas reconheceu que o "financiamento é uma herança muito pesada".